

# ACIS

## **Combater a Participação do Sector Privado em Corrupção em Moçambique**

**Documento de Discussão**

SUMÁRIO EXECUTIVO

31 de Outubro 2005

**Projecto apoiado através duma doação do:**

The Center for International Private Enterprise in Washington, D.C.

E elaborado com o apoio de

**SAL Public Administration Observatory**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

A Associação Industrial e Comercial de Sofala (ACIS) identificou a corrupção como um dos principais problemas que tem afectado os seus membros e, conseqüentemente, o desenvolvimento económico e dos negócios em Moçambique. Em parceria com o *Center for International Private Enterprise* (CIPE), a ACIS embarcou num projecto com a duração de 12 meses, o qual tem como objectivo a procura de meios para combater a participação das empresas na corrupção em Moçambique.

Este relatório constitui a primeira fase do projecto e a versão inicial foi elaborada como um documento de discussão. O mesmo oferece a visão sobre a corrupção realizada a nível dos negócios em Moçambique, assim como a revisão de um conjunto de estudos recentes de anti-corrupção e da estrutura legal relevante de áreas chave. O relatório contém também um sumário de entrevistas a homens de negócios e alguns casos de estudo. Esperamos que esta parte do relatório se desenvolva ao longo da fase de discussão pública.

O relatório foi desenhado com o objectivo de iniciar o debate sobre a questão e não constitui, por isso, o documento final. Esperamos que do debate resulte um relatório final contendo um conjunto de instrumentos e ideias desenvolvidas a partir da participação e discussão entre os interessados no assunto. O relatório é também desenhado a responder a esperança do Governo, apresentado na sua estratégia recém publicada que o Sector Privado seja um parceiro activo na luta contra corrupção.

O relatório descreve também a boa prática na anti-corrupção tal como desenvolvida noutros países. Isto ajudar-nos-á a desenvolver uma série de instrumentos de anti-corrupção para uso em Moçambique. Mais uma vez, esta parte do relatório será desenvolvida durante a fase de discussão pública.

Com base em estudos e discussões o relatório identifica duas áreas chave de corrupção, aquela que se realiza entre o sector privado e o governo, denominada “corrupção pública-privada”, e aquela que ocorre no seio do próprio sector privado, denominada “corrupção privada-privada”. Também é prevaçente ao longo do relatório a questão do comércio

ilegal. O relatório diferencia cuidadosamente o comércio ilegal do comércio informal, salientando que o comércio ilegal ocorre em ambos os sectores formal e informal, e que o comércio informal legal constitui uma parte essencial da economia nacional. O comércio ilegal nos sectores formal e informal resulta principalmente da corrupção pública-privada e é facilitado pelo pagamento de subornos a agentes fiscais e aduaneiros. A corrupção privada-privada constitui uma prática que atrai a atenção da vulnerabilidade das empresas para o cometimento de fraudes entre outros assuntos.

O relatório concentra-se na procura de mecanismos para o combate contra ambos os tipos de corrupção, assim como na identificação dos efeitos que a corrupção tem sobre as empresas envolvidas. Considera também os potenciais incentivos necessários para que as empresas actualmente envolvidas em qualquer tipo de corrupção ou ilegalidade “arrumem a sua casa”. A ACIS tem observado que, em discussões com o governo, este advoga que se não existisse um sector privado corrupto o próprio sector público não seria corrupto. O relatório explora esta premissa. Mas, como ponto de partida, o relatório reflecte o desejo do sector privado de Sofala se provar como um interlocutor transparente e sincero. A ACIS acredita que ao exigir que o governo combata a corrupção, o sector privado deve provar que está também preparado para se comprometer à mesma luta.

O relatório identifica uma série de áreas chave que precisam de ser abordadas para se poder combater a corrupção. Estas áreas são:

- Aplicação da legislação existente
- Disseminação de informação clara
- Simplificação dos processos administrativos
- Profissionalização dos serviços públicos
- Remoção das oportunidades de tomada de decisões discricionárias
- Reforma radical do sistema de justiça
- Provisão de alternativas independentes
- Criação de confiança
- Compromisso para com a legalidade
- Responsabilização e execução

- Protecção e apoio de vítimas e “whistleblowers”

O relatório nota que algumas destas áreas necessitam da intervenção directa do governo. Outras áreas podem ser abordadas em parte pela sociedade civil, incluindo o sector privado. Assim, o relatório requer que o governo lidere o combate em áreas tais como a aplicação da legislação existente e a profissionalização dos serviços públicos. Ao mesmo tempo, o relatório inicia uma análise de como o próprio sector privado pode lidar com áreas como a disseminação de informação e criação de confiança. A ACIS prevê que a fase de discussão pública do projecto enriquecerá as ideias e recomendações apresentadas no presente relatório.

As ideias e exemplos identificados como meios de contribuição do sector privado para o combate contra a corrupção são categorizados da seguinte forma:

- Informação – meios de comunicação, teatro, campanhas nacionais, observatórios, guiões de informação;
- Formação – workshops, programas de ética, educação;
- Execução da Lei – guiões, páginas de internet, mapeamento de procedimentos (*process mapping*);
- Criação de confiança – auditorias e certificação; e
- Provisão de alternativas independentes – pacotes de integridade, esquemas de queixa (*whistleblower schemes*).

A relevância e aplicabilidade destas ideias no contexto moçambicano será discutida na fase do debate público em volta do presente relatório.

O relatório conclui que a mudança requer uma liderança clara e um compromisso a partir do topo. É importante que os directores de empresas liderem o combate contra a participação de empresas na corrupção e ofereçam uma liderança moral profissional e pessoal aos seus subordinados e colegas.

A corrupção é um processo que envolve indivíduos. Assim sendo, os trabalhadores das empresas, de cima a baixo, deverão ser encorajados para pessoalmente se responsabilizarem pelo combate contra actos corruptos. A decisão de evitar a corrupção depende de um processo de educação, informação e liderança clara.

O combate contra a corrupção em Moçambique pode também ser facilitado por um conjunto de acções adicionais. A ACIS advoga assim o seguinte:

- Execução da legislação existente;
- Aprovação de novas leis tais como leis de liberdade de informação;
- Ratificação pela Assembleia da República de convenções e protocolos anti-corrupção dos quais Moçambique é parte; e
- Desenvolvimento de um fórum abrangente e representativo para a discussão de políticas e reformas legislativas assim como do desenvolvimento económico do país.

O combate à corrupção requer o compromisso e o esforço de todos. A vitória é essencial para se assegurar que avançaremos juntos em paz e prosperidade.

O presente relatório foi preparado como base de discussão e é apresentado de boa fé. Acreditamos que achará o relatório útil e provocador. Todos os comentários e sugestões são bem vindos. O relatório será desenvolvido ao longo do processo de discussão. O relatório final integrará os instrumentos propostos, assim como os sumários dos comentários e reacções obtidas.